

## CARTA DE APRESENTAÇÃO

Em atendimento a Instrução Normativa BCB, n. 236/2022, para a remessa das Demonstrações Financeiras com o fim do arquivamento na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, anexo os dados do arquivo:

**Data-Base das demonstrações:** Dezembro / 2022

**Relação das Demonstrações Financeiras contidas neste arquivo:** Balanço Patrimonial, DRE, DRA, DMPL, DFC e Notas Explicativas.

Na oportunidade a Diretoria declara que as referidas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, em 31 de dezembro de 2022.

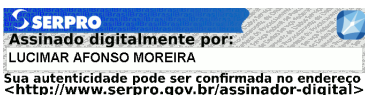
Curitiba, 24 de março de 2023.



**COOPERATIVA DE CREDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA- COOPESF**

**CELSO BORBA BITTENCOURT  
DIRETOR SUPERINTENDENTE**

**PAULO ROBERTO NUNES  
DIRETOR ADMINISTRATIVO**



**CONTADOR  
LUCIMAR AFONSO MOREIRA  
CRC-PR 024570/O-3**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Prezados Associados

Apresentamos o Relatório da Administração da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, relativo ao exercício de 2022, em cumprimento às exigências legais e regulatórias vigentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicáveis às cooperativas de crédito.

O cenário mundial, no ano de 2022, expôs dificuldades com a recuperação da economia dos países. A inflação, alta e persistente, provocou aperto monetário nos Estados Unidos e na Europa, o aumento nas taxas de juros, o prolongamento do conflito na Ucrânia gerou graves consequências econômicas e agravou a recuperação econômica mundial. Na China, os lockdowns, para levar à risca, a política de “covid zero” e a grave crise no mercado imobiliário, em conjunto com a reversão de políticas fiscais expansionistas e à necessidade de combater a inflação, ocasionaram redução nas projeções de crescimento no mundo. Como resultado final, a recuperação econômica global ficou inferior ao previsto e atingiu de forma desigual as diferentes economias do mundo.

A economia brasileira registrou um lento crescimento durante 2022. O ano foi de retomada gradual das operações nos setores econômicos mais atingidos, as atividades econômicas foram marcadas pela instabilidade e incertezas, cujas medidas para conter a escalada da inflação, que superou a 5,79% no ano, ainda não se mostram efetivas, mesmo tendo o Conselho de Política Monetária (Copom) acelerado a elevação da taxa básica de juros, a Selic, de 2,0% para 13,75 % ao ano, de março a dezembro 2022. A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, fechou o ano de 2022 em 5,79%, contra 10,06% do ano anterior, impulsionada principalmente pelos alimentos e bebidas, que tiveram alta de preços de 11,64% no ano, acima dos 7,94% de 2021, impactaram também os gastos com saúde e cuidados pessoais, que ficaram 11,43% mais caro e as despesas vestuário com a maior variação no mês: 18,02%, dados Agência Brasil publicado em 10/01/2023. Fatos que superaram o objetivo inflacionário estabelecido pelo Banco Central do Brasil, de 3,75%, com tolerância de até 5,25%.

As cooperativas de créditos que por muito tempo foram menosprezadas por uma parte do mercado financeiro apresentam crescimento em suas operações, no segundo semestre de 2022 o presidente do Banco Central destacou o avanço do crédito cooperativo que foi maior que o do sistema financeiro, o crédito cooperativo avançou 29% nos últimos 12 meses enquanto que o sistema financeiro cresceu 17%. O cooperativismo tem conquistado os brasileiros a expectativa é de que cresça ainda mais com os avanços tecnológicos, como o open finance, o PIX e a digitalização dos serviços financeiros. Para sustentar o crescimento e atender os cooperados o investimento em tecnologia e inovação tem sido prioridade nas cooperativas.

Para 2023, está prevista a expansão da oferta de produtos e serviços, aperfeiçoamento do sistema de informática da Cooperativa, união à UNIPRIME (Prestação de Serviços), aumento na carteira de empréstimos, captação de recursos financeiros para alavancagem nas operações de crédito, prestação de melhores serviços aos nossos associados investidores através de disponibilização de contas correntes, movimentação através de PIX, talões de cheques, cartões de crédito e débitos e disponibilizar todos os serviços usuais de instituições financeiras pela Cooperativa, bem como, a continua monitoração do ambiente financeiro, permitindo uma aproximação maior com os cooperados, resultando em crescimento no vínculo do relacionamento com a cooperativa.

Por fim, nossos agradecimentos aos colaboradores, diretores, conselheiros e prestadores de serviços em frente à resiliência demonstrada, na busca permanente em atender bem o nosso cooperado, construindo um ambiente de muitas oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional.

## 2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A COOPESF adota as melhores práticas de governança e gestão de controles e riscos, alicerçadas pelos princípios de transparência, equidade, ética e responsabilidade corporativa, com segregação de funções e de estrutura entre as áreas de negócios, de controle/risco e de auditorias (Interna, Externa e Fiscal), adoção de decisões colegiadas e modelo de organizacional compatível com a complexidade e natureza dos negócios e operações realizadas.

## 2.2 ESTRUTURA E AÇÕES DE GOVERNANÇA

A estrutura organizacional da COOPESF é constituída pelos órgãos sociais: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Ouvidoria e Diretoria Executiva, cujas atribuições estão definidas no Estatuto Social. A Cooperativa dispõe também de um Conselho Deliberativo, que presta suporte as tomadas de decisões estratégicas da Cooperativa.

Em 2022, o Conselho de Administração manteve sua composição em 06(seis) membros efetivos, conforme decisão e homologação pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2021, empossados somente de setembro 2021, após aprovação por parte do Banco Central do Brasil para o exercício das funções no período de 2021 à 2024.

A Diretoria Executiva, indicada pelo Conselho de Administração, teve seu mandato renovado para o período de 2021 à 2023, com a recondução de Celso Borba Bittencourt (Diretor-Superintendente) e Paulo Roberto Nunes (Diretor Administrativo e Financeiro).

Também foram aprovados os novos Conselheiros Fiscais para a gestão 2022 a 2023.

A estratégia Corporativa segue a metodologia implantada, ancorada na ideologia e nos Pilares de Governança, Recursos e Operações, são definidas Diretrizes e Ações Estratégicas, com atualizações anuais para a adequação aos novos cenários e condições, internas e externas, que se apresentam, para garantir o alinhamento com os objetivos do negócio, com as condições impostas pelo mercado e com a conjuntura econômica do país.

## 2.3 GERENCIAMENTO DE RISCO E CONTROLES

A COOPESF exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de risco a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

As atividades de gerenciamento de riscos observam as práticas e as diretrizes regulatórias quando à segregação entre as funções de controles/gestão de riscos e de negócios. As informações e indicadores sobre riscos, incluindo testes de estresses, são sistematicamente acompanhados e monitoras pelas instâncias estratégicas.

O Risco de Capital é acompanhado pelo Índice de Basiléia, que faz parte do conjunto de indicadores monitoras e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. Em 2022, o Índice de Basiléia da Cooperativa se apresentou no mesmo patamar dos anos anteriores, alcançando 53,6%, frente ao mínimo regulamentar de 17,00%.

Assim encerramos o relatório da administração agradecendo pelos resultados e avanços alcançados, agradecemos aos nossos cooperados e colaboradores, que nos honram com sua confiança e nos motivam a fazer sempre melhor. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

COOPESF  
20  
ANOS

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Srs.  
Administradores e Associados da  
COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO  
METROPOLITANA - COOPESF  
Curitiba-PR

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa De Crédito E Serviços Financeiros De Curitiba E Região Metropolitana – COOPESF (“COOPESF”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa De Crédito E Serviços Financeiros De Curitiba E Região Metropolitana - COOPESF em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da COOPESF é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

Rua Redenção, 66 – Cep 03060-010 – Tels.: (011) 2309-4434/ 2309-4464/ 2309-4406  
sacho@sachoaudidores.com.br  
São Paulo - SP

*S a c h o – Auditores Independentes*  
Auditoria e Assessoria

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COOPESF, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Rua Redenção, 66 – Cep 03060-010 – Tels.: (011) 2309-4434/ 2309-4464/ 2309-4406  
sacho@sachoaudidores.com.br  
São Paulo - SP


*S a c h o – Auditores Independentes*  
Auditoria e Assessoria

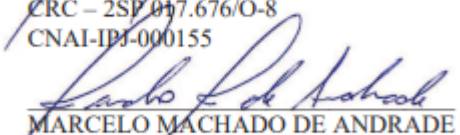
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 30 de março de 2023.

  
SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES  
CRC – 2SP/017.676/O-8  
CNAI-IBJ-000155

  
MARCELO MACHADO DE ANDRADE  
CRC – 1SP/223.997/O-8

Rua Redenção, 66 – Cep 03060-010 – Tels.: (011) 2309-4434/ 2309-4464/ 2309-4406  
sacho@sachoaudidores.com.br  
São Paulo - SP

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana-COOPESF  
 Balanço patrimonial  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<b>Circulante</b>		<b>13.665</b>	<b>14.997</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.691	8.043
Instrumentos Financeiros		8.072	5.678
Operações de crédito	5	9.104	6.675
(-) Provisão para riscos de créditos		(1.032)	(997)
Outros créditos	6	289	367
Outros valores e bens	6	613	980
(-) Provisão p/desvalorização		-	(71)
<b>Não Circulante</b>		<b>4.003</b>	<b>3.094</b>
Instrumentos Financeiros		3.653	2.760
Operações de crédito	5	4.120	2.892
(-) Provisão para riscos de créditos		(467)	(132)
Imobilizado	7	350	334
Imobilizado de uso		837	789
(-) Depreciações Acumuladas		(487)	(455)
<b>Total do ativo</b>		<b>17.668</b>	<b>18.091</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celso Borba Bittencourt  
Diretor Superintendente

Paulo Roberto Nunes  
Diretor Administrativo

Contador  
Lucimar Afonso Moreira  
CRC-PR 024570/O-3

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana-COOPESF  
 Balanço patrimonial  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>9.113</b>	<b>8.937</b>
Depósitos	8	8.333	8.374
Cobrança e Arrecadação de Tributos		2	-
Sociais e estatutárias	9	666	453
Fiscais e previdenciárias		46	36
Outras obrigações	10	66	74
<b>Patrimônio Líquido</b>	12	<b>8.555</b>	<b>9.154</b>
Capital social		7.335	7.961
Reserva legal		679	668
Reserva especial		442	442
Sobras acumuladas		99	83
<b>Total do Passivo</b>		<b>17.668</b>	<b>18.091</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celso Borba Bittencourt  
Diretor Superintendente

Paulo Roberto Nunes  
Diretor Administrativo

Contador  
Lucimar Afonso Moreira  
CRC-PR 024570/O-3

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana-COOPESF  
 Demonstrações das sobras das operações  
 Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em milhares de reais)

	Notas	2Semestre 2022	Exercicio 2022	Exercicio 2021
Receitas da intermediação financeira		2.859	4.781	4.271
De operações de crédito	13	1.807	3.144	3.924
De aplicações financeiras		335	708	347
Recuperação de créditos		717	929	-
Despesas da intermediação financeira		(1.168)	(1.772)	(1.489)
Despesas de captação de recursos		(520)	(938)	(416)
Despesas com fundo garantidor de créditos		(6)	(13)	(13)
Provisão para riscos de créditos		(642)	(821)	(1.060)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>1.691</b>	<b>3.009</b>	<b>2.782</b>
Receita de prestação de serviço		5	11	10
Despesas com remuneração-Diretoria e Conselhos		(236)	(452)	(255)
Despesas de pessoal		(476)	(968)	(1.108)
Despesas administrativas	14	(519)	(976)	(914)
Despesas de depreciação		(19)	(36)	(35)
Despesas tributárias		(2)	(2)	(3)
Outras receitas e (despesas) operacionais e não operacionais		4	(7)	(32)
<b>Resultado antes da tributação e participação</b>		<b>448</b>	<b>579</b>	<b>444</b>
Provisão para Imposto de renda e contribuição social		-	-	-
Participação nos lucros		-	-	-
<b>Sobras do semestre/exercicio</b>		<b>448</b>	<b>579</b>	<b>444</b>
Juros sobre capital de cooperativas		(461)	(461)	(346)
<b>Destinações:</b>				
Destinação: Fates		(8)	(8)	(6)
Destinação: Reserva legal		(11)	(11)	(10)
<b>Sobras do semestre/exercicio a disposição da AGO</b>	<b>12</b>	<b>(32)</b>	<b>99</b>	<b>82</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana-COOPESF  
 Demonstração do Resultado Abrangente  
 Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em milhares de reais)

	2Semestre 2022	Exercicio 2022	Exercicio 2021
<b>SOBRAS LÍQUIDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>448</b>	<b>579</b>	<b>444</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Itens que serão reclassificados para o resultado	-	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>448</b>	<b>579</b>	<b>444</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celso Borba Bittencourt  
 Diretor Superintendente

Paulo Roberto Nunes  
 Diretor Administrativo

Contador  
 Lucimar Afonso Moreira  
 CRC-PR 024570/O-3

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana-COOPESF  
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
 Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Sobras Acumuladas	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	8.355	658	442	252	9.707
Aumento (redução) de capital	(394)	-	-	-	(394)
Sobras do período	-	-	-	444	444
Destinação: juros sobre capital próprio	-	-	-	(346)	(346)
Destinação ao fundo de reserva legal	-	10	-	(10)	-
Destinação de sobras (AGO)	-	-	-	(252)	(252)
Destinação ao FATES	-	-	-	(6)	(6)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	7.961	668	442	83	9.154
Mutações no período	(394)	10	-	(169)	(553)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	7.961	668	442	83	9.154
Aumento (redução) de capital	(626)	-	-	-	(626)
Sobras do período	-	-	-	579	579
Destinação: juros sobre capital próprio	-	-	-	(461)	(461)
Destinação ao fundo de reserva legal	-	11	-	(11)	-
Destinação de sobras (AGO)	-	-	-	(83)	(83)
Destinação ao FATES	-	-	-	(8)	(8)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	7.335	679	442	99	8.555
Mutações no período	(626)	11	-	16	(599)
<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>	7.742	668	442	131	8.983
Aumento (redução) de capital	(407)	-	-	-	(407)
Sobras do período	-	-	-	448	448
Destinação: juros sobre capital próprio	-	-	-	(461)	(461)
Destinação ao fundo de reserva legal	-	11	-	(11)	-
Destinação de sobras (AGO)	-	-	-	-	-
Destinação ao FATES	-	-	-	(8)	(8)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	7.335	679	442	99	8.555
Mutações no período	(407)	11	-	(32)	(428)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celso Borba Bittencourt  
 Diretor Superintendente

Paulo Roberto Nunes  
 Diretor Administrativo

Contador  
 Lucimar Afonso Moreira  
 CRC-PR 024570/O-3

ANOS

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana-COOPESF  
 Demonstração do fluxo de caixa - método indireto  
 Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em milhares de reais)

Notas	2Semestre 2022	Exercicio 2022	Exercicio 2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Atividades operacionais:</b>			
Sobras do período	448	579	444
Provisões para riscos de credito	642	821	1.059
Depreciações	19	36	35
Provisão para outros valores e bens	-	(71)	
<b>Variação de ativos e passivos:</b>			
(Aumento) redução de operações de créditos	(3.909)	(4.116)	(991)
(Aumento) redução de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
(Aumento) redução de outros créditos	96	78	(160)
(Aumento) redução de outros valores e bens	47	367	-
Aumento (redução) de Depósitos	299	(41)	(1.513)
Aumento (redução) cobrança e arrecadação de tributos	2	2	-
Aumento (redução) de sociais e estatutárias	561	213	324
Aumento (redução) de fiscais e previdenciárias	7	10	(5)
Aumento (redução) obrigações diversas	(1)	(8)	(224)
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(1.789)</u>	<u>(2.130)</u>	<u>(1.030)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
(Aumento) redução de imobilizado de uso	(48)	(52)	(7)
(Aumento) redução de intangível	-	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>(48)</u>	<u>(52)</u>	<u>(7)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento (Redução) de recursos de capital	(407)	(626)	(394)
Realização de reservas	-	-	-
Pagamentos de juros sobre capital próprio	(461)	(461)	(346)
Distribuição de sobras	-	(83)	(252)
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(868)</u>	<u>(1.170)</u>	<u>(992)</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.705)</u>	<u>(3.352)</u>	<u>(2.029)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercicios	4.691	4.691	8.043
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercicios	<u>7.396</u>	<u>8.043</u>	<u>10.072</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.705)</u>	<u>(3.352)</u>	<u>(2.029)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Celso Borba Bittencourt  
Diretor Superintendente

Paulo Roberto Nunes  
Diretor Administrativo

Contador  
Lucimar Afonso Moreira  
CRC-PR 024570/O-3

ANOS

## 1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF foi constituída em 22/01/2002 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10/04/2002, tem por seu objetivo estimular a formação e a educação cooperativista e financeira dos seus associados, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito, procurando proporcionar através da mutualidade, assistência financeira aos cooperados.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 07 de março de 2023. Tais demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020. A referida norma, entre outros requisitos, estabeleceu diretrizes, incluindo divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura dos saldos no Balanço Patrimonial de provisões, depreciações e amortizações, divulgação de resultados não recorrentes, alterações que não modificam o saldo total desta demonstração, relativos as contas de ativo e passivo.

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da COOPESF são elaboradas com base no pressuposto de que a cooperativa está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a COOPESF continuar em operação.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

### a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência de exercícios, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de

recebimento ou pagamento. As operações de créditos são registradas pelo valor presente. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro-rata dia”.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em valores mobiliários cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

As aplicações em cotas de fundos de investimentos abertos são valorizadas mensalmente, com base no valor da cota calculada e divulgada pelo Administrador dos fundos nos quais a Cooperativa aplica seus recursos que, por sua vez, consideram o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes de sua carteira.

As aplicações em títulos de renda fixas são registradas pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas ao valor de mercado, quando aplicável.

A Cooperativa não possuía em 31 de dezembro de 2022, saldos de instrumentos financeiros derivativos.

d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados as avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, imóveis, utensílios e outros equipamentos e instalações são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 8 que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

f) Valor recuperável de ativos – ‘impairment’

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da cooperativa julgou existir indícios de necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, bens não de uso, no valor de R\$ 71, provisão mantida no exercício de 2021.

g) Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas no CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com sua aprovação consubstanciada na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber.

Os Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados. As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base “*pro-rata*” dia).

i) Juros sobre o capital próprio

O capital social da COOPESF é corrigido pelo índice Selic. A remuneração do capital é considerada como renda tributável recebido de pessoa jurídica, sujeita a aplicação da tabela progressiva.

j) Depósitos a prazo

São representados por seus valores captados acrescido dos rendimentos auferidos. Os depósitos a prazo estão classificados em “RDC-Recibo de Deposito Cooperativo”.

k) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2022	2021
Caixa e bancos	229	294
Títulos e valores mobiliários	4.462	7.749
	<b>4.691</b>	<b>8.043</b>

Os títulos e valores mobiliários apresentam liquidez imediata, sendo resgatáveis a valor líquido a qualquer momento.

Os títulos e valores mobiliários estavam assim compostos:

Descrição	2022	2021
	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil

Fundos de investimentos	4.462	7.749
. Cotas de fundos Referenciados	4.462	7.749

## 5. Operações de crédito

- a) A composição da carteira de operações de crédito, por modalidade de operação, está assim representada

	2022	2021
<b>Ativo circulante e não circulante</b>		
Empréstimos	12.505	9.033
Adiantamento a depositantes	-	-
Títulos descontados	719	534
Operações de crédito	13.224	9.567
(-) Provisão para riscos de créditos	(1.499)	(1.129)
Total líquido da carteira de crédito	11.725	8.438

- b) Concentração da carteira de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A composição da carteira de crédito e correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos prazos e níveis de risco estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, em 31 de dezembro de 2022, como segue:

Nível de risco:	Dias de atraso	% mínimo de provisão	2022		
			Total das operações	% sobre o total	Provisão constituída
A	0 a 14	0,5%	9.716	73,47%	49
B	15 a 30	1,0%	880	6,65%	9
C	31 a 60	3,0%	969	7,33%	29
D	61 a 90	10,0%	98	0,74%	10
E	91 a 120	30,0%	89	0,67%	27
F	121 a 150	50,0%	138	1,04%	68
G	151 a 180	70,0%	88	0,67%	61
H	Acima 180	100,0%	1.246	9,43%	1.246
Total da carteira de crédito e da provisão			13.224	100,00%	1.499

2021					
Nível de risco:	Dias de atraso	% mínimo de provisão	Total das operações	% sobre o total	Provisão constituída
A	0 a 14	0,5%	6.699	70,02%	35
B	15 a 30	1,0%	659	6,88%	6
C	31 a 60	3,0%	987	10,32%	29
D	61 a 90	10,0%	51	0,53%	5
E	91 a 120	30,0%	35	0,36%	10
F	121 a 150	50,0%	131	1,37%	66
G	151 a 180	70,0%	90	0,94%	63
H	Acima 180	100,0%	915	9,58%	915
Total da carteira de crédito e da provisão			9.567	100,00%	1.129

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2022	2021
<b>Saldo no início do exercício</b>	(1.129)	(598)
Adições	(821)	(1.060)
Baixas de créditos	451	529
<b>Saldo no final do exercício</b>	(1.499)	(1.129)

d) Concentração das operações de crédito

	2022	%	2021	%
10 maiores devedores	4.197	31,74%	1.622	16,95%
Demais	9.027	68,26%	7.945	83,05%
	13.224	100%	9.567	100%

- e) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 929 (2021 R\$ 1.239), foram registradas como “Receitas de Intermediação Financeira - Operações de Crédito”.

## 6. Outros créditos e Outros Valores e Bens

Em Outros Créditos, são valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	2022	2021
Recebimentos de cobranças-boletos	-	31
Depósitos judiciais	84	
Outras contas	205	336
<b>Total</b>	<b>289</b>	<b>367</b>

Em Outros Valores e Bens, são valores referentes a bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento na quitação de operações de créditos, e despesas antecipadas, conforme demonstrado:

Descrição	2022	2021
Bens Imóveis Não de Uso Próprio	613	980
(-) Provisão para desvalorização de bens	-	(71)
<b>Total</b>	<b>613</b>	<b>909</b>

## 7. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

	2022			2021	
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação %
Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos	301	(231)	70	32	10
Imóveis de uso próprio	536	(256)	280	302	4

Total – 2022	837	(487)	350	334
Total - 2021	789	(455)	334	

## 8. Depósitos e captações

### a) Recibo de depósito cooperativo

Apresentamos, a seguir, os depósitos a prazo em 31 de dezembro de 2022:

	2022	2021
Depósitos a prazo	8.333	8.374

## 9. Obrigações estatutárias

As obrigações estatutárias correspondem às obrigações do FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, fundamentadas na Lei nº 5.764/71 de 16 de dezembro de 1971 e do Estatuto Social da Cooperativa, representadas pela destinação de 5% das sobras do exercício e eventuais destinações deliberadas em Assembleia Geral, e, quando aplicável, dos resultados apurados em operações com não-cooperados em consonância com as disposições dos artigos 85 da Lei 5.764/71, e de recursos de cotas de capital a pagar de ex-cooperados.

	2022	2021
Juros do Capital a pagar	461	346
Cotas de capital a pagar	174	80
FATES – atos cooperados	31	27
<b>Total</b>	<b>666</b>	<b>453</b>

## 10. Obrigações diversas

Descrição	2022	2021
Despesas de pessoal	62	56
Outras contas	4	18
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>74</b>

## 11. Passivos contingentes – cíveis

A COOPESF é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações.

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, a administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão por não haver prováveis perdas com as seguintes ações:

Natureza	Probabilidade de perda	2022 Valor estimado de perda	2021 Valor estimado de perda	Valor provisionado	
				2022	2021
Cíveis	Possível	34	34	-	-
<b>Total</b>				<b>-</b>	<b>-</b>

## 12. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social no valor de R\$ 7.335 (R\$ 7.961 em 2021) está representado pelas contribuições dos cooperados, composto por quotas-partes no valor nominal de R\$1,00 cada uma, totalmente integralizadas por cooperados.

### b) Reserva Especial para Estabilidade Financeira

A cooperativa tem constituída uma Reserva Especial para Estabilidade Financeira, com fundos destinados de exercícios anteriores, onde foi fixado pela assembleia geral, o modo de sua formação, aplicação e liquidação. Esta reserva especial em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 442.

### c) Reserva Legal

A reserva legal em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 679 (R\$ 668 em 2021) sendo esta constituída com parte do saldo das sobras.

### d) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (F.A.T.E.S) é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Descrição	2022	2021
Sobras Líquidas do Exercício	579	445
Reserva Legal	11	10
FATES – Ato Cooperativo	8	6
Juros s/ Capital Próprio	461	346
Realização de despesas de expansão	0	0
<b>Sobras Líquidas a Disposição da AGO</b>	<b>99</b>	<b>83</b>

### 13. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2022	2021
Renda de Outros Empréstimos	2.987	3.841
Renda de Desconto de Títulos	157	83

### 14. Despesas Administrativas

	2022	2021
Despesas de aluguel	11	9
Despesas com terceiros	880	42
Despesas de comunicação	36	36
Despesas de manutenção e conservação de bens	-	4
Despesas de material	-	18
Despesas de serviços do sistema financeiro	49	193
Despesas de serviços técnicos especializados	-	213
Despesas de processamento de dados	-	293
Outras despesas	-	106
<b>Total</b>	<b>976</b>	<b>914</b>

### 15. Partes relacionadas

#### Operações com pessoal-chave da Administração

A administração da cooperativa é efetuada por membros do Conselho de Administração, Conselheiros Fiscais, e por Diretores Executivos.

As transações com partes relacionadas referem-se:

a) Aos depósitos e operações de crédito mantidas na COOPESF por seus administradores (diretores e conselheiros) na qualidade também de cooperados. Estas operações foram contratadas nas mesmas condições praticadas com os demais associados da cooperativa, vigentes nas datas das operações. Os saldos em 31 de dezembro de 2022 são:

	<u>2022</u>
Saldo dos Depósitos a vista - Administradores	-
Saldo dos Depósitos a Prazo – Administradores	201
Saldo das Operações de Crédito - Administradores	<u>20</u>

b) O pessoal-chave da administração remunerados pelas atividades desenvolvidas enquanto administradores, foram a Diretoria Executiva, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Total da Remuneração	452	255

## 16. Estrutura de gerenciamento de risco

Em 04 de novembro de 2015 o Banco Central do Brasil emitiu o Comunicado nº 28.684 qual dispõe do enquadramento prévio das cooperativas de crédito em funcionamento nas categorias estabelecidas no art. 15 da Resolução CMN nº 4.434, de 5 de agosto de 2015.

A Cooperativa COOPESF, conforme as referidas normas citadas acima, foi classificada pelo Banco Central do Brasil na categoria Clássica. E de acordo com a Res. CMN nº 4.553/2018 foi enquadrada em 30 de janeiro de 2018 no segmento S5.

De modo a atender o requerido na Resolução do CMN nº 4.557/2018, a COOPESF adotou o gerenciamento de riscos compatível com a natureza e complexidade de seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Cooperativa, e tem por objetivo monitorar os riscos, com intuito de realizar a gestão dos riscos operacionais, de mercado e crédito.

Entretanto, a COOPESF, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.606/2018, 4.557/2018, 4.955/2021 adota para elaboração de seu Balanço o Regime Prudencial Simplificado (RPS) sendo assim a implantação do gerenciamento de riscos está também em consonância com o referido regulatório ao considerar, a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), segundo o regime para definição do Patrimônio de Referência para o segmento de Cooperativas enquadradas em S5 e assim em acordo com a complexidade de seus produtos, serviços, atividades processos e sistemas da Cooperativa.

a) Risco operacional

O Risco Operacional está associado às falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, de pessoas e de sistemas, ou de eventos externos.

A COOPESF devido à sua opção pelo Regime Prudencial Simplificado (RPS) possui seu cálculo do Patrimônio de Referência Exigido de forma Simplificada em apenas uma única parcela (PRS5)), conforme disposições na Res. 4.606/2018 e artigo 1º, Parágrafo II, alínea a) da Res. CMN nº 4.589/2018, sendo esta apurada diretamente sobre os demonstrativos contábeis.

b) Risco de mercado

O Risco de Mercado é o risco associado a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela Cooperativa.

Adicionalmente mencionamos que, em virtude da Res. CMN nº 4.434/2015, e com a emissão do Comunicado pelo Banco Central do Brasil, a Cooperativa COOPESF está classificada na categoria clássica dentro do segmento S5. Estando, esta Instituição desobrigada de classificar as operações da carteira, previstas no Art. 6º e parágrafos, conforme dispensa evidenciada pelo Art. 2º da Resolução nº 4.557/2018. Estando também dispensada da elaboração assim como do envio da remessa do Demonstrativo de Mercado (DRM) ao Banco Central do Brasil.

c) Risco de crédito

O Risco de Crédito é aquele associado ao não cumprimento pelo tomador da contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos da recuperação.

A COOPESF avalia de forma gerencial o risco de crédito e classifica suas operações conforme os critérios para rating estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, para atendimento do risco e das respectivas provisões de risco em atendimento aos valores mínimos exigidos pelos normativos.

## 17. Índice de Basiléia

O Índice de Basiléia da COOPESF na data de 31 de dezembro de 2022, pelo regime de cálculo simplificado foi de 48,82% (em 2021, 53,60%)

## **18. Resultado não recorrente**

Nos exercícios de 2022 e 2021 a COOPESF não incorreu em qualquer “Resultado não recorrente” que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

## **20 Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.**

O Banco Central do Brasil publicou a Resolução CMN nº 4.966/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras. Grande parte das disposições da Resolução entrarão em vigor em janeiro de 2025, mas o órgão regulador estabeleceu a obrigatoriedade de as instituições financeiras elaborarem um plano para a implementação da regulamentação contábil. O referido plano foi aprovado pela Administração da COOPESF em 07 de março de 2023, e contempla a descrição do cronograma das ações a serem executadas, naquilo que é aplicável ao modelo de negócio da COOPESF e ao Segmento 5 (S5) no qual a Cooperativa está enquadrada.



**ATA Nº. 247 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2023.**

Aos 30 (trinta) dias do mês de março de 2023 às 17h, os Conselheiros Fiscais efetivos os Srs. José Alves de Almeida - Coordenador, Donizete Corbetta e os suplentes Walter Tsuyoshi Iwamura, Juliano Capristo e EneDir Cavalcante Barbosa, reuniram-se na sede da Coopesf para cumprimento de programa de trabalho extraordinário.

Primeiramente o Conselheiro José Alves de Almeida - Coordenador agradeceu a presença dos Conselheiros Fiscais presentes e em seguida tratou do assunto.

Em reunião extraordinária em observância ao disposto no artigo 56, da Lei 5764/71, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Coopesf.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Coopesf, declaramos que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e econômico financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Cooperados.

Por fim, deixou a palavra em aberto para que os demais conselheiros que quisessem a usassem. Na falta de manifestação, encerrou a reunião e, eu, José Alves de Almeida – Coordenador dos Trabalhos, redigi esta ata que após leitura e aprovação será assinada pelos Conselheiros Fiscais.


Curitiba PR, 30 de março de 2023

  
\_\_\_\_\_  
**JOSÉ ALVES DE ALMEIDA**  
EFETIVO

  
\_\_\_\_\_  
**DONIZETE CORBETTA**  
EFETIVO

  
\_\_\_\_\_  
**ENEDIR CAVALCANTE BARBOSA**  
SUPLENTE

  
\_\_\_\_\_  
**JULIANO CAPRISTO**  
SUPLENTE

  
\_\_\_\_\_  
**WALTER TSUYOSHI IWAMURA**  
SUPLENTE